A seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção e a ação política do empresariado (1940-1970)

The Brazilian section of the Inter-American Council of Commerce and Production and the political action of the business community (1940-1970) / La sección brasileña del Consejo Interamericano de Comercio y Producción y la acción política de la comunidad empresarial (1940-1970)

Vicente Gil da Silva

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ, Brasil.

vicentegils@gmail.com

Laura Schwarz

Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

schwarz.laura@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta um histórico sobre a atuação da seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp), demonstrando a importância do acervo documental produzido por essa organização, o qual se encontra depositado no Arquivo Nacional, para o estudo da ação política do empresariado brasileiro entre as décadas de 1940 e 1970.

Palavras-chave: Cicyp; empresariado; ação política.

ABSTRACT

The article presents a history of the Brazilian section of the Inter-American Council of Commerce and Production (Cicyp). It also demonstrates the importance of the documentation produced by this organization, stored at the Arquivo Nacional [Brazilian National Archives], for the study of the political action of Brazilian businessmen between the 1940s and the 1970s.

Keywords: Cicyp; businessmen; political action.

RESUMEN

El artículo presenta una historia sobre las actividades de la sección brasileña del Consejo Interamericano de Comercio y Producción (Cicyp), demostrando la importancia del fondo documental producido por esta organización, que se encuentra depositado en el Arquivo Nacional [Archivo Nacional de Brasil], para el estudio de la acción política del empresariado brasileño entre las décadas de 1940 y 1970.

Palabras clave: Cicyp; empresariado; acción política.

Os pesquisadores que investigam a ação política do empresariado brasileiro contam com poucas fontes primárias para a realização de seus trabalhos. Como observado por Campos (2020), existe uma “dificuldade significativa de acesso às fontes produzidas pelas empresas e suas associações no Brasil”. Nesse cenário de escassez, resulta surpreendente que um importante fundo arquivístico do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (BR RJANRIO TV) – no qual está reunido o acervo documental da seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, doado à instituição em 1994 – ainda permaneça quase inexplorado.

Apesar de poder parecer uma organização de menor importância, já que praticamente desconhecida, o Conselho teve papel relevante na articulação de interesses das burguesias do continente americano, especialmente nas décadas de 1940, 1950 e 1960, respondendo às profundas crises daquele período. Ele foi constituído durante a Segunda Guerra Mundial, a partir da Conferência Americana das Associações de Comércio e Produção, realizada entre maio e junho de 1941, no Uruguai, para promover o “estreitamento das relações comerciais interamericanas” e “estabelecer novas correntes mercantis”. Durante esse encontro, ao qual compareceram representantes de quarenta e cinco das mais importantes organizações empresariais nacionais das Américas, teria ficado “evidente o reconhecimento da necessidade e do desejo” de que fosse realizado um trabalho conjunto entre elas (Silva, 2020, p. 710-711).

O Conselho Interamericano de Comércio e Produção, conhecido pela sigla Cicyp, que remete ao seu nome em espanhol, surgiria dessa mobilização, com o objetivo de defender os ideais e os interesses da empresa privada. Tinha entre suas atribuições a elaboração de normas e a discussão de problemas vinculados à economia, às finanças, à legislação e ao “bem-estar econômico dos povos das Américas”, atuando como porta-voz das “classes produtoras” no plano internacional e representando seus interesses junto aos governos dos países americanos. Uma Secretaria Geral foi constituída em Montevidéu para coordenar o trabalho realizado nas seções nacionais, sob o comando de uma diretoria internacional – a Comissão Executiva. Esta viria a ser presidida por dois brasileiros: João Daudt d’Oliveira, entre 1950 e 1952, e Roberto de Oliveira Campos, entre 1967 e 1970.¹

1 Os outros presidentes foram: o argentino Ernesto Aguirre (1942-1945); o uruguaio José Brunet (1945-1947); os norte-americanos James S. Kemper (1947-1949) – que seria embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1953 e 1955 – e George S. Moore (1964-1967); o peruano Fernando Wiese (1953-1956); o mexicano Agustín Legorreta (1957-1960); o chileno Pedro Ibáñez (1961-1964) e o venezuelano John P. Phelps Jr. (1970-1974).

Em 1944, Daudt d'Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), foi o responsável pela criação da seção brasileira do Cicyp, de cuja constituição participaram vinte e seis entidades de classe, de diferentes estados do Brasil.² No conselho diretor da organização, encontravam-se, além de Daudt d'Oliveira, outras das principais lideranças do empresariado brasileiro naquele período: Arthur Torres Filho (presidente da Confederação Rural Brasileira e da Sociedade Nacional de Agricultura), Roberto Simonsen (presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) e Euvaldo Lodi (presidente da Confederação Nacional das Indústrias).³

Esses dirigentes estavam envolvidos nos mais importantes debates e negociações a respeito do desenvolvimento econômico do país no pós-guerra, participando de encontros internacionais, em caráter privado ou como representantes do governo brasileiro. Daudt d'Oliveira chegou a criar laços pessoais com Nelson Rockefeller, neto do fundador da empresa petrolífera Standard Oil, que naquele período estava à frente de duas importantes organizações: o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), uma agência criada em 1940 pelo governo dos Estados Unidos para coordenar programas educacionais, culturais e de propaganda na América Latina, e a Comissão Interamericana de Fomento. Também criada em 1940, a Comissão possuía a atribuição de promover a formação e o financiamento, com capital misto (estadunidense e latino-americano), de empreendimentos que pudessem levar ao desenvolvimento de novas linhas de produção na América Latina, se dedicando à exploração de recursos minerais, ao cultivo e comércio de produtos agrícolas e comerciais, e ao estabelecimento e desenvolvimento de plantas industriais. Para esse fim, comissões nacionais foram organizadas em diversos países da América do Sul e América Central, tendo sido a primeira delas criada no Brasil, em dezembro de 1940⁴ (Silva, 2020, p. 212-228).

2 Associações Comerciais do Amazonas, da Bahia, do Ceará, de Cuiabá, do estado de Goiás, de Maceió, do Maranhão, de Minas Gerais, de Natal, de Niterói, do Pará, do Paraná, de Pernambuco, de João Pessoa, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Santos, de São Paulo e de Vitória; Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Confederação Rural do Brasil, Federação das Associações Comerciais do Brasil e Sociedade Nacional de Agricultura.

3 CICYP. Constitución de la Sección Brasileña del Consejo. *Boletim Informativo*, set./out. 1944. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 34, volume "Boletim Informativo, 1943-1947".

4 Leonardo Truda, Valentim Bouças, Álvaro Catão, Heitor Freire de Carvalho, José Nabuco, José Mendes de Oliveira Castro, Ary Torres, João Daudt d'Oliveira, José Garibaldi Dantas, Silvado Bueno, José Jobim e Renato de Lacerda Lago integraram a Comissão Brasileira de Fomento (Silva, 2020, p. 213-214).

A primeira divisão do OCIAA na América do Sul também foi estabelecida no Brasil, sob coordenação de Berent Friele, homem de confiança de Nelson Rockefeller. Segundo Valim (2017, p. 63), ela era considerada a mais importante das subsidiárias dessa agência norte-americana, possuindo maior orçamento e número de funcionários. Sua sede era no Rio de Janeiro, mas representações foram criadas em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Curitiba, Porto Alegre, Natal, Fortaleza, Recife, Florianópolis, Vitória e Manaus. Em Santos, foi criado um escritório administrado pelo comitê de São Paulo e em Pelotas (RS), um subcomitê coordenado pelo de Porto Alegre. Nas demais cidades, os trabalhos eram conduzidos pelos consulados norte-americanos. A abrangência dessa rede “coadunou com a massiva distribuição de filmes de propaganda estadunidenses por todo o território brasileiro” (Valim, 2017, p. 64).

O trabalho do OCIAA no Brasil contou com a participação fundamental da comunidade de norte-americanos que viviam no país. Os empresários estadunidenses, que se encontravam organizados nas Câmaras Americanas de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram os principais apoiadores dessas ações de propaganda. Eles também atuaram junto aos empresários e técnicos brasileiros que integravam a Comissão Brasileira de Fomento Interamericano e às associações das “classes produtoras”, participando de comitês criados para analisar concessões de bolsas para estágios nos Estados Unidos (Silva, 2020, p. 208-212).

Foi nesse contexto de intensa colaboração e mobilização empresarial, que ocorria em escala transnacional, que a seção brasileira do Cicyp foi criada. Aquele era também o momento em que “as mudanças na divisão internacional do trabalho e a penetração na economia brasileira de um bloco multinacional liderado por interesses americanos” promoviam “novas relações econômicas e políticas” no Brasil (Dreifuss, 1987, p. 49). Não está claro como essas profundas transformações repercutiram na entidade ao longo da década de 1950 – e espera-se que pesquisa futura elimine essa lacuna. Considerando as “turbulências” enfrentadas por duas de suas principais lideranças, Daudt d’Oliveira e Euvaldo Lodi – que tinham sua imagem associada ao presidente Getúlio Vargas e passaram a sofrer rejeição de parcela do empresariado (Leopoldi, 2000, p. 52-54; Oliveira, 2017, p. 17-19) –, é de se especular que ela tenha sido negativamente afetada pelos conflitos do período.

Ao final daquela década, a seção brasileira do Cicyp era presidida pelo paulista Brasília Machado Neto, que havia substituído Daudt d’Oliveira na presidência da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Em 1959, quando Machado Neto deixou a direção da confederação, o catarinense Charles Edgar Moritz assumiu seu lugar na presidência da CNC e também na presidência da

seção brasileira do Cicyp.⁵ Sob a gestão de Moritz, importantes modificações seriam introduzidas com o objetivo de dinamizar os trabalhos da organização. É relevante destacar que isso ocorreu em uma conjuntura de intensa mobilização do empresariado brasileiro, que naquele período buscava constituir novas formas de ação política, o que foi estudado por Cardoso (1966), Dreifuss (1987) e Leopoldi (2000).

A seção brasileira do Cicyp – assim como as outras seções latino-americanas – não possuía a mesma capacidade de atuação da seção norte-americana, criada em 1941 e conhecida como United States Inter-American Council, ou simplesmente Usiac. Organizado sob patrocínio da U.S. Chamber of Commerce, da National Association of Manufacturers (NAM) e do National Foreign Trade Council (NFTC), o Usiac representava os interesses das principais empresas norte-americanas que atuavam na América Latina. Era, assim, o principal porta-voz do empresariado norte-americano que se considerava ameaçado por governos nacionalistas e pela mobilização política de movimentos populares latino-americanos, por eles indistintamente caracterizados como comunistas. Em defesa dos interesses de seus associados, em 1959 o Usiac estabeleceu, em conjunto com o governo norte-americano, um Comitê de Ligação entre o Usiac e a United States Information Agency (Usia, agência estatal responsável por programas oficiais de propaganda), liderado pelo diretor do departamento internacional da empresa DuPont, para coordenar os esforços de informação e propaganda pró-Estados Unidos na América Latina (Silva, 2020, p. 426-431).

Dando prosseguimento a essas ações, em 1960 o presidente do Usiac – Henry Balgooyen, vice-presidente executivo da American and Foreign Power – propôs que em cada país da América Latina fosse criado um comitê empresarial, que deveria estabelecer contato regular com os representantes da Usia nas missões diplomáticas norte-americanas. Um dos objetivos era conscientizar os empresários norte-americanos e seus aliados sobre os problemas identificados pelo Usiac e melhorar as relações interamericanas. Os comitês locais seriam afiliados ao Usiac, que lhes forneceria orientação e coordenaria suas atividades, mantendo o contato com a Usia em Washington (Silva, 2020, p. 490-491).

Note-se que a atuação do Usiac não correspondia à de uma mera seção nacional do Cicyp. Os empresários norte-americanos, que definiam sua estratégia de ação de forma autônoma, promoveram a criação de “sucursais” do Usiac em países que já contavam com seções nacionais do Cicyp, sem estabelecer relações

5 CICYP. *Boletim Informativo*, n. 31. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 28, volume “correspondência recebida 1960”.

com elas. No Brasil, ao invés de trabalhar com a seção presidida por Charles Edgar Moritz, o Usiac inicialmente atuou junto aos Comitês de Relações Brasil-Estados Unidos das Câmaras Americanas de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo, revivendo, em certa medida, o já descrito processo de mobilização que havia sido promovido pelo OCIAA de Nelson Rockefeller durante a Segunda Guerra Mundial (Silva, 2020, p. 490-494; 497-499).

Contudo, sem muita demora, a intensa atuação do empresariado norte-americano na América Latina repercutiria na organização do Cicyp e de sua seção brasileira. Em 1961, o economista José Garrido Torres – que havia se tornado membro da entidade em julho de 1960 – era um dos que discutia a conveniência de realizar modificações na estrutura geral do Cicyp, para que este pudesse se fortalecer e ter voz mais forte na luta contra a “cubanização” da América Latina.⁶ Garrido Torres mencionava a necessidade de “revitalização” dos quadros dirigentes do Cicyp, citando expressamente o nome de Gilbert Huber Jr.,⁷ jovem empresário à frente da Listas Telefônicas S. A. e ativo participante da movimentação do empresariado norte-americano. Ele tinha relação com o Comitê de Relações Brasil-Estados Unidos da Câmara Americana de Comércio no Rio de Janeiro e com a Deltec – empresa pioneira do mercado de capitais no Brasil (Silva, 2020, p. 499-597).

Naquele momento, Huber era um dos empresários que liderava o processo de criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), organização na qual Garrido Torres também teria atuação e que, segundo Dreifuss (1987, p. 482), “expressava, integralmente, a ideologia subjacente aos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados”.⁸ A influência de Huber na seção brasileira do Cicyp seria formalizada em 1963, quando ele assumiu, ao lado de Aldo Baptista Franco e Paulo Ayres Filho, o cargo de vice-presidente executivo – criado no processo de reorganização que pretendia dinamizar os trabalhos da entidade.⁹ Paulo Ayres, que estreava sua participação no Cicyp, era um empresário

6 Carta de Paulo Godoy, diretor executivo da seção brasileira do Cicyp para Carlos Ons, secretário-geral do Cicyp em Montevidéu, 22/8/1961. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 73, volume “correspondência confidencial, 1957-1967”.

7 Carta de Carlos Ons Cotelto para Paulo Godoy, 2/10/1961. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 28, volume “correspondência recebida 1961”.

8 Dreifuss (1987) é referência fundamental no estudo dessa organização, criada em 1961. Ele foi o primeiro pesquisador a consultar os documentos do Ipes que foram doados ao Arquivo Nacional (Fundo BR RJANRIO QL).

9 Relatório do diretor executivo (Paulo Godoy), 31/1/1964. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 56, volume “Relatórios da Seção Brasileira do Cicyp”.

do setor farmacêutico, dirigiu a Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil durante o governo Jânio Quadros e, assim como Huber, ocupava posição de liderança no Ipes (Bortone, 2018). Aldo Franco, economista que havia trabalhado na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e integrava o quadro dirigente da empresa Metal Leve, participava dos trabalhos da seção brasileira desde sua criação, em 1944, tendo sido seu secretário durante alguns anos.¹⁰

Em fevereiro de 1963, os três vice-presidentes executivos e o presidente da seção brasileira do Cicyp – Huber, Ayres, Franco e Moritz – viajaram aos Estados Unidos para participar do Informal Meeting of the Businessmen of the Americas, encontro organizado por grupos de empresários estadunidenses, com a participação da seção norte-americana do Cicyp, o Usiac (Moore, 1963, p. 215-216). Foram acompanhados por Harold Cecil Poland, engenheiro e empresário ligado ao Sindicato Nacional da Construção Pesada (Sinicon), que sucederia a Moritz na presidência do Cicyp em 1965. Poland era outro nome de destaque no Ipes e tinha muita proximidade com o coronel Golbery do Couto e Silva (Campos, 2012, p. 353).

Não era a primeira reunião internacional da qual esses empresários participavam, nem foi esta a primeira vez que mantiveram contato com representantes do governo norte-americano. Mas havia algo inédito nesse encontro: realizado no contexto de pressões exercidas pelo empresariado sobre a Aliança para o Progresso – apresentada no início de 1961 pelo governo Kennedy como um programa para o desenvolvimento na América Latina –, seus participantes foram recebidos em Washington pelo próprio presidente dos Estados Unidos.¹¹ Não menos importantes, as reuniões realizadas em Nova York ocorreram nas dependências do Chase Manhattan Bank e do First National City Bank (Gonçalves, 2016, p. 249). Entre os tópicos de debate anunciados para o encontro, destacavam-se: a cooperação entre investidores estrangeiros e os empresários industriais da América Latina no desenvolvimento da região; o papel da empresa privada sob a Aliança para o Progresso; o papel do setor privado no desenvolvimento educacional e social da América Latina; reforma agrária; meios para promover o crescimento do comércio recíproco entre os países das Américas; e, por fim, a cooperação entre os setores privados dos Estados Unidos e dos países latino-americanos no combate às atividades comunistas na região (Moore, 1963, p. 207-208).

¹⁰ Constitución de la Sección Brasileña del Consejo. Boletim Informativo, set./out. 1944. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 34, volume “Boletim Informativo, 1943-1947”.

¹¹ Em seu primeiro ano, o programa focava em investimentos públicos e cooperação entre governos. Os empresários queriam maior participação do capital privado na execução dos projetos (Gonçalves, 2016, p. 108-115).

A intensa mobilização do empresariado norte-americano que tinha interesses na América Latina vinha gerando uma série de novas organizações, as quais trabalhavam em conjunto com o Usiac. Em 1961, foi criado o Latin American Information Committee (Laic) para ajudar os grupos de empresários que se organizavam naquele momento em países como Brasil, Colômbia, Chile, Venezuela e México em suas atividades de informação e propaganda. No final de 1963, surgiria o Business Group for Latin America (BGLA), criado para cooperar com o governo norte-americano na Aliança para o Progresso. No início de 1965, essas três organizações – Usiac, Laic e BGLA – seriam reunidas em uma única entidade: o Council for Latin America (CLA), presidido por David Rockefeller, irmão mais novo de Nelson Rockefeller, que naquele momento comandava o processo de expansão internacional do Chase Manhattan Bank (Rockefeller, 2003, p. 208-209; 429-441). O CLA, incorporando o Usiac, assumia o papel de seção norte-americana do Cicyp (Hoeveler, 2020).

Era um importante acréscimo aos esforços que vinham sendo realizados no Cicyp para aumentar a eficiência e relevância da organização. George Moore, o homem à frente do processo de expansão internacional de outro importante banco norte-americano, o First National City Bank, já havia sido eleito presidente da Comissão Executiva do Cicyp em outubro de 1963 (Moore, 1987, p. 210). A primeira reunião plenária presidida por Moore foi realizada em março de 1964, no Chile, com a participação de trezentos delegados. A seção chilena do Cicyp tinha sido organizada havia poucos meses.¹² Outras seções estavam sendo criadas, na Venezuela, Peru e Colômbia.¹³ A seção argentina, assim como a brasileira, estava passando por um processo de renovação, sob o comando de seu novo presidente, José Martínez de Hoz. Gilbert Huber aparecia como um elemento ativo nesse processo de articulação, estabelecendo contato com os empresários latino-americanos que estavam atuando em organizações que realizavam trabalhos semelhantes aos do Ipes, aproximando-os do Cicyp.¹⁴

Vários desses empresários estiveram envolvidos em ações de controle e combate a organizações sindicais e movimentos populares da América Latina,

¹² Carta de Pedro Ibañez para Carlos Ons, 16/8/1963. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 29, volume “Correspondência recebida confidencial 1959-1963”.

¹³ Carta de Charles Moritz para Carlos Ons, 18/12/1963. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 23, volume “Correspondência expedida 1963”.

¹⁴ Carta de Carlos Urenda para G. H. Huber Jr., 05/03/1962. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro (código S7), caixa 54, pasta 2, p. 17. Carta de Gilbert Huber para Gustavo Vollmer, 5/9/1963. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 81, volume “Correspondência 1957-1970”.

apoiando golpes de estado e ações repressivas de toda ordem. Destacam-se, nesse sentido, além dos empresários brasileiros ligados ao Ipes – que trabalharam para desestabilizar o governo de João Goulart e promoveram profundas reformas no Estado ao longo do governo ditatorial (Dreifuss, 1987, p. 417-455) – os empresários chilenos que em 1961 tinham criado o Instituto Privado de Investigaciones Económicas y Sociales (Ipies). Esse grupo, o mesmo que constituiria a seção chilena do Cicyp, se articulava em torno do empresário Agustín Edwards e foi decidido adversário das forças populares que elegeriam Salvador Allende presidente em 1970 (Valdés, 2020; Correa, 2004). Como já fartamente documentado, foi também um dos principais articuladores do golpe de estado que levou o general Augusto Pinochet ao poder, em setembro de 1973 (Kornbluh, 2013, p. 91-94).

Mas esses grupos de empresários que estavam promovendo renovações no Cicyp não estavam preocupados apenas em combater o comunismo e restaurar a imagem da empresa privada na América Latina. Vários deles foram importantes promotores de centros de estudos sobre economia e gestão empresarial direcionados à formação de novos quadros administrativos para o setor privado e para o setor público. Sob a presidência de George Moore, o Cicyp estabeleceu cooperação com o Committee for Economic Development (CED), visando à realização de “estudos e investigações sobre assuntos do interesse da livre empresa”.¹⁵ O CED, um dos mais importantes *think tanks* norte-americanos, foi criado em 1942 para reunir as “melhores mentes” entre os empresários e pesquisadores/professores das grandes universidades norte-americanas, num “esforço conjunto de pesquisa econômica e *policy-making*” (Dreifuss, 1986, p. 40).

Apesar de apoiarem a renovação e intensificação dos trabalhos do Cicyp, os membros da seção brasileira demonstravam preocupação com “tendências centralizadoras” por parte da direção da entidade e defendiam a “manutenção do sistema federativo” que existia até então.¹⁶ Essa preocupação demonstrava certa cautela dos brasileiros diante da ação dos empresários norte-americanos, mas não significava uma oposição direta aos seus interesses. Era uma relação complexa. Analisando as posições políticas de algumas organizações do empresariado industrial brasileiro na década de 1970, num contexto de forte

¹⁵ Relatório do diretor executivo (Paulo Godoy), 31/1/1964. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 56, volume “Relatórios da Seção Brasileira do Cicyp”.

¹⁶ Relatório do diretor executivo (Paulo Godoy), 11/1/1965. Relatório do diretor executivo (Paulo Godoy), 31/1/1964. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 56, volume “Relatórios da Seção Brasileira do Cicyp”.

desnacionalização da indústria, Moraes (2018, p. 154) observa que, historicamente, as suas principais lideranças reconheciam a “importância do capital externo enquanto portador de tecnologia de ponta e fonte de financiamento”. Mas seu projeto de classe previa “uma convivência positiva e suplementar”.

Contudo, quanto mais avançava a abertura comercial e financeira da economia brasileira para o exterior, a partir das reformas realizadas no governo Castelo Branco, mais atribulada e conflitiva se tornava essa convivência, o que impactava diretamente as organizações de classe da burguesia brasileira. Nas que reuniam o empresariado financeiro, Minella (1988, p. 169) demonstrou como os processos acelerados de “centralização e concentração do sistema bancário-financeiro brasileiro” – que contou com “particular apoio do Estado”, incidindo sobre a “correlação de forças econômicas e políticas interburguesas” – geraram e agudizaram conflitos. São para nós de especial interesse as disputas que ocorreram no Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro (SBERJ), já que elas envolveram indivíduos diretamente relacionados à seção brasileira do Cicyp.

Orlandy Rubem Correa, presidente do sindicato entre 1960 e 1962, pertencia à direção do Banco Português do Brasil, que associava capitais brasileiros e estrangeiros. Seu sucessor, Jorge Oscar de Mello Flores (1962-1968), era importante nome na história da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e dirigente do Banco Lar Brasileiro, associado ao capital estrangeiro, especialmente com o Chase Manhattan Bank, de David Rockefeller (Minella, 1988, p. 286). Mello Flores era também uma das principais lideranças do Ipes. Tanto ele quanto Orlandy Correa tinham relação com Harold Poland, liderança do Ipes e do Cicyp, como já mencionado. De acordo com Minella (1988, p. 302-306), Mello Flores mobilizou o SBERJ em apoio à reforma bancária de Castelo Branco, fortalecendo o estabelecimento de um “programa político e econômico-financeiro que respondia às expectativas básicas do grande capital internacional e de seus associados internos”. Para sua sucessão na presidência do sindicato, Mello Flores esperava poder indicar o nome de Garrido Torres – outro membro importante do Cicyp e do Ipes. Este, contudo, não reunia os requisitos legais exigidos. A oposição a Mello Flores, liderada por Theóphilo de Azeredo Santos, acabou vencendo as eleições e apresentou ao SBERJ um plano de ação que contemplava a “defesa nacional, técnica e não emocional da livre empresa”.

Azeredo Santos se manifestaria claramente contra a participação de capital estrangeiro na rede bancária privada no Brasil. Em certa oportunidade, ele declarou que todo o movimento que pudesse, “direta ou indiretamente, transferir o controle dos bancos comerciais para grupos estrangeiros”, deveria ser impedido. Contudo, Azeredo Santos “não se opunha ao capital estrangeiro em

geral”, avaliando positivamente o papel que as empresas multinacionais poderiam cumprir trazendo recursos e tecnologia aos “países receptores”. Ainda assim, considerava de “vital interesse para a comunidade” que elas se ajustassem “aos objetivos perseguidos pelo governo”, não servindo como “instrumento para destruir as companhias nacionais” (Minella, 1988, p. 327-329).

Dirigente do Banco Comercial de Minas Gerais – associado a um conjunto de empresas financeiras controlado por José de Magalhães Pinto, uma das principais lideranças da União Democrática Nacional (UDN), que ocuparia o cargo de ministro das Relações Exteriores no governo Costa e Silva –, Azeredo Santos representava o grupo que mantinha boas relações com o novo presidente. Como destaca Minella (1988, p. 309), Costa e Silva, que assumiu a presidência em 1967, promoveu uma mudança significativa na equipe governamental, afetando as articulações nas quais Mello Flores se movia quando estava na direção do SBERJ.

Roberto Campos, ministro do Planejamento entre abril de 1964 e março de 1967 e uma dessas importantes relações de Mello Flores, era um dos nomes que sofria duras críticas por parte do empresariado que se sentia prejudicada pelas reformas realizadas durante o governo Castelo Branco. Quando o nome de Campos foi lançado para suceder o norte-americano George Moore na presidência do Cicyp, poucos meses depois de sua desvinculação do ministério, a imprensa noticiava o descontentamento que essa candidatura causava no “empresariado da Guanabara”. Estes denunciavam que o Cicyp teria sido criado “para atender pura e simplesmente aos interesses norte-americanos” e a indicação de Roberto Campos dificultaria ainda mais o diálogo dessa organização com o governo de Costa e Silva. E sugeriam que a candidatura de Campos fosse substituída pela do empresário José Mindlin, que havia sucedido Harold Poland na presidência da seção brasileira do Cicyp.¹⁷

Mindlin, que havia integrado a direção da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Sindicato da Indústria de Peças para Automóveis e Similares, era um dos sócios da Metal Leve, importante empresa nacional do setor de autopeças, à qual, como registrado anteriormente, estava vinculado Aldo Franco, um dos mais ativos membros da seção brasileira do Cicyp. Ao lado da Listas Telefônicas, empresa dirigida por Gilbert Huber, a Metal Leve tinha sido uma das principais financiadoras do processo de reestruturação da entidade no

¹⁷ “Campos para o Cicyp não tem apoio no Rio”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14/9/1967. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br>.

início da década de 1960, com ativa participação de Mindlin.¹⁸ Em 1978, durante o governo Geisel, ele seria um dos oito empresários brasileiros a assinar um manifesto intitulado “Só democracia absorve tensões sociais”, o qual pedia a abertura do regime, criticava a política econômica oficial e defendia a empresa privada nacional (Moraes, 2018, p. 157-158).

Na presidência da seção brasileira do Cicyp, Mindlin seria sucedido, em 1970, pelo mesmo Theóphilo de Azeredo Santos que havia assumido a direção do SBERJ em 1968 – na qual permaneceria até a década de 1980. Nesse mesmo ano, Roberto Campos encerrava sua gestão no Cicyp, dando lugar ao venezuelano John Phelps. Pesquisas no acervo da seção brasileira, doado ao Arquivo Nacional por Azeredo Santos, podem vir a esclarecer como a entidade passou a se posicionar politicamente, trazendo também novas informações sobre as disputas interburguesas daquele período. Aparentemente, a importância da organização foi diminuindo ao longo da década de 1970, ao mesmo tempo em que o CLA, que logo se tornaria Council of the Americas (COA), aprofundava sua atuação na América Latina. Segundo Dreifuss (1986, p. 193), a organização do empresariado norte-americano descobriu que precisava estabelecer relações diretas com as novas lideranças da América Latina – tecnocratas, militares, executivos de empresa, políticos e intelectuais – em vez de confiar em intermediários.

Os representantes do CLA na América Latina, os quais eram selecionados com base em sua “vasta experiência nos campos empresarial, universitário, de comunicações, militar, de informações e diplomático”, foram caracterizados por Dreifuss (1986, p. 171) como “verdadeiros cônsules privados dos interesses econômicos e políticos desse empresariado imperial”. Entre outras ações, os “cônsules” do CLA ajudaram a organizar novos grupos de empresários, com apoio das Câmaras Americanas de Comércio, em um movimento parecido com o realizado pelo Usiac na década de 1950. Na Argentina, esse movimento resultou na criação do Consejo Empresarial Argentino (CEA), em 1967. Quatro anos depois, o CEA participaria da constituição de um Comitê Empresarial Argentina-Estados Unidos, “que serviria de ponto de junção do empresariado nacional e transnacional”, em um momento de crescentes desafios políticos e turbulência social (Dreifuss, 1986, p. 199). De acordo com Cerbino (2015, p. 3), o CEA não era um grupo de menor importância: reunia trinta dos capitais mais concentrados em operação na Argentina, de origem nacional ou estrangeira, tendo sido criado para intervir na disputa interburguesa.

¹⁸ Relatório do diretor executivo (Paulo Godoy), 31/1/1964. Arquivo Nacional, Fundo Conselho Interamericano de Comércio e Produção (código TV), caixa 56, volume “Relatórios da Seção Brasileira do Cicyp”.

Martínez de Hoz, que havia sido presidente da seção argentina do Cicyp entre 1964 e 1967, era também ligado ao CEA, e se tornaria ministro da economia na ditadura militar iniciada em 1976.

No Brasil, a criação de um Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, constituído com o objetivo de estabelecer uma cooperação mais efetiva entre capitais nacionais e estrangeiros, logo contou com apoio das autoridades do governo federal. Curiosamente, um evento considerado “catalisador” para a formação desse conselho foi a visita de Nelson Rockefeller – então governador do estado de Nova York – ao Brasil, em 1969 (Dreifuss, 1986, p. 213). Quase trinta anos depois de ter promovido a integração entre empresários da América Latina à frente do OCIAA e da Comissão Interamericana de Fomento, Rockefeller seguia cumprindo importante papel articulador, apoiando o fortalecimento da organização dirigida por seu irmão mais novo. Presidido por Rui Gomes de Almeida, da Associação Comercial do Rio de Janeiro – como visto, a instituição que sob a presidência de João Daudt d’Oliveira havia promovido a criação da seção brasileira do Cicyp –, o Conselho Brasil-Estados Unidos seria secretariado por Trajano Pupo Neto.¹⁹ Ex-diretor do First National City Bank, Pupo Neto também havia participado do trabalho dos já mencionados comitês de relações Brasil-Estados Unidos criados nas Câmaras Americanas de Comércio de São Paulo e do Rio de Janeiro no final da década de 1950, que precederam e apoiaram a atuação do Ipes (Silva, 2020, p. 435; 640).

Como essa movimentação do empresariado brasileiro associado ao norte-americano impactou a sobrevivência do Cicyp e de sua seção brasileira é algo que ainda precisa ser identificado, recorrendo-se à farta documentação – cartas, atas, boletins informativos e estudos – depositada no Arquivo Nacional. Esse acervo se demonstra uma rara e importante fonte para aprofundamento dos estudos sobre o pensamento econômico e as estratégias de ação política do empresariado brasileiro, sua ação junto aos governos, a relação entre as suas diferentes organizações, seus conflitos internos e formas de convivência com a concorrência representada pelo capital estrangeiro, em um período de profundas transformações. É de se esperar, portanto, que o fundo Cicyp venha a receber dos pesquisadores a mesma atenção reservada ao acervo do Ipes, também depositado no Arquivo Nacional, a partir do qual diversas pesquisas relevantes já foram realizadas. Contando com esse conjunto de fontes, os estudos sobre a ação política do empresariado brasileiro podem continuar apresentando novas e importantes contribuições à história recente do Brasil.

¹⁹ “Rui anuncia em SP Comissão Brasil-EUA”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31/07/1969. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br>.

Referências

- BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- _____. Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. *Sillogés*, v. 3, n. 1, p. 15-42, 2020.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1966.
- CERBINO, Gonzalo Sanz. El Partido del Orden en la Argentina de los '70. El Consejo Empresario Argentino (CEA), 1967-1976. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, 11., 2015, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.
- CORREA, Sofia Sutil. *Con las riendas del poder: la derecha chilena em el siglo XX*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2004.
- DREIFUSS, René A. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- _____. 1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GONÇALVES, Martina Spohr. *American way of business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HOVELER, Rejane Carolina. *(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”*: a história do Council of the Americas (1965-2019). 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- KORNBLUH, Peter. *The Pinochet file: a declassified dossier on atrocity and accountability*. New York: The New Press, 2013.
- LEOPOLDI, Maria Tereza. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edusp, 2002.
- MINELLA, Ary César. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Anpocs, 1988.
- MOORE, John D. J. Statement. In: UNITED STATES, CONGRESS. House of Representatives. Committee on Foreign Affairs. *Winning the cold war: the U. S. ideological offensive*. Part II. Washington, D. C.: U. S. Government Printing Office, 1963. p. 208-215.
- MOORE, George S. *The banker's life*. New York: Norton, 1987.
- MORAES, Rafael. *O canto do cisne do desenvolvimentismo brasileiro: uma análise das relações do empresariado industrial com o Estado, do II PND à crise dos anos 1980*. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. *O representante das classes produtoras: análise da trajetória de João Daudt d'Oliveira (1930-1951)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- ROCKEFELLER, David. *Memórias*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

- SILVA, Vicente Gil da. *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)*. 2020. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
- VALDÉS, Juan Gabriel. *Los economistas de Pinochet: la Escuela de Chicago en Chile*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 2020.
- VALIM, Alexandre Busko. *O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema da política de Boa Vizinhaça durante a II Guerra Mundial*. São Paulo: Alameda, 2017.

Recebido em 31/1/2021

Aprovado em 21/10/2021